

Prospecto do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GGPAR

CNPJ/MF n.º 08.546.470/0001-67

Código ISIN das Quotas: BRGGPACTF000

Administração e Gestão



Governança & Gestão
Investimentos

Governança & Gestão Investimentos Ltda.

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391/2003, tem por objetivo preponderante obter rendimentos de longo prazo aos quotistas do Fundo, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como, ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que tenham por objeto social a produção de (i) não-tecidos, para utilização em produtos descartáveis e duráveis; e/ou (ii) tubos e conexões de PVC, destinados, inclusive, mas não se limitando, ao abastecimento de água potável e condução de esgoto; e/ou (iii) embalagens flexíveis para a indústria de alimentos, higiene e descartáveis e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos neste Prospecto (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

O Fundo foi constituído pela Governança & Gestão Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, n.º 1.630, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.969.434/0001-55, na qualidade de administrador do Fundo ("Administrador"), em 14 de dezembro de 2006, sendo que o seu regulamento foi registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 15 de dezembro de 2006, sob n.º 1423244 ("Regulamento").

A primeira emissão de quotas do Fundo ("Primeira Emissão"), composta por um lote único e indivisível de 15.000 (quinze mil) quotas, de uma única classe, nominativas e escriturais ("Quotas"), com preço inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), foi deliberada pelo Administrador em 14 de dezembro de 2006. As Quotas foram objeto de colocação exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado, conduzida pela Ativa S/A Corretora de Títulos, Câmbio e Valores, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 151/154, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.775.974/0020-69, sociedade devidamente contratada pelo Administrador, para ser responsável pela execução dos serviços de colocação das Quotas da Primeira Emissão ("Distribuidor").

A Primeira Emissão foi automaticamente dispensada de registro de distribuição pública perante a CVM, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM n.º 400/03").

Os investidores devem ler a seção Fatores de Risco deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, do Distribuidor, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na seção 3 deste Prospecto, nas páginas 13 a 17.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da taxa de administração devida ao Administrador, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo são admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, conforme deliberação da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, datada de 22 de maio de 2007, e autorização da CVM, nos termos do artigo 2º, §2º, da Instrução CVM n.º 400/03.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas da CVM.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

"A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Primeira Emissão, a negociação das Quotas da Primeira Emissão e este Prospecto poderão ser obtidas junto ao Administrador e à CVM.

A data deste Prospecto é 5 de julho de 2007

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| 1. DEFINIÇÕES | 5 |
| 2. NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS | 9 |
| Negociação das Quotas | 10 |
| Outras Informações | 10 |
| Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes | 11 |
| Declaração do Administrador | 12 |
| 3. FATORES DE RISCO | 13 |
| Fatores Macroeconômicos | 14 |
| Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida | 15 |
| Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários | 16 |
| Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários | 16 |
| Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas | 16 |
| Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos | 16 |
| Não Existência de Garantia de Rentabilidade | 16 |
| Riscos Provenientes do Uso de Derivativos | 17 |
| Outros Riscos | 17 |
| 4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GGPAR | 18 |
| Forma, Base Legal e Prazo de Duração | 19 |
| Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento | 19 |
| Administração e Gestão do Fundo | 19 |
| Prestadores de Serviço do Fundo | 20 |
| Objetivo do Fundo | 20 |
| Investimentos do Fundo | 21 |
| Período de Investimentos para a Formação da Carteira | 23 |
| Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas | 24 |
| Condições de Amortização e Resgate das Quotas | 28 |
| Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo | 29 |
| Inadimplência dos Quotistas | 30 |
| Liquidação do Fundo e de seus Investimentos | 31 |
| Assembléia Geral de Quotistas | 32 |
| Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses | 32 |
| Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo | 33 |
| Taxa de Administração e Encargos do Fundo | 34 |
| Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo | 35 |
| Atendimento aos Quotistas | 37 |
| 5. ANEXOS | 39 |

| | |
|---|----|
| Anexo I - Cópia do Instrumento de Deliberação de Constituição do Fundo | 40 |
| Anexo II - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto..... | 41 |
| Anexo III - Declaração do Administrador, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM n.º 400/03 | 42 |

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

| | |
|-----------------------------|---|
| Administrador | Governança & Gestão Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de fundos de investimento e gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antônio José de Almeida, n.º 135, Granja Julieta, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.969.434/0001-55 |
| Auditores Independentes | Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29 |
| Carteira | Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento |
| Chamadas de Capital | Hipóteses em que os Quotistas do Fundo serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo. As Chamadas de Capital serão realizadas pelo Administrador na medida em que o Fundo (i) identifique oportunidades e/ou necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos |
| Companhia(s) Investida(s) | Qualquer companhia cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira do Fundo |
| Companhias Alvo | As companhias que atendam aos requisitos descritos no Regulamento, de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo |
| Compromisso de Investimento | Instrumento Particular de Compromisso de Investimento para Subscrição e Integralização de Quotas, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas, por meio do qual o investidor se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas |
| Custodiante | O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela, 12º andar, Jabaquara, inscrita no |

| | |
|--|---|
| CVM | CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 Comissão de Valores Mobiliários |
| Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão | 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro do Fundo na CVM |
| Instrução CVM n.º 391/03 | Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada |
| Instrução CVM n.º 400/03 | Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada |
| Instrução CVM n.º 409/04 | Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada |
| Outros Ativos | Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI e/ou multimercado, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, bem como títulos públicos federais, no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo |
| Partes Relacionadas ao Administrador | São quaisquer das seguintes pessoas relacionadas ao Administrador: (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social; (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador; (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente |
| Patrimônio Inicial | O patrimônio inicial do Fundo após a Primeira Emissão, formado por até 15.000 (quinze mil) Quotas |
| Patrimônio Líquido | A soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades |
| Período de Desinvestimento | Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos e se estenderá até a data de liquidação do Fundo, no qual o Administrador interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível |
| Período de Investimentos | Período de investimentos do Fundo em Valores Mobiliários que se |

| | |
|-------------------------|--|
| Preço de Emissão | iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 4 (quatro) anos O preço unitário de emissão das Quotas do Fundo, na primeira data de emissão, sendo o Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) |
| Preço de Integralização | Preço de integralização das Quotas do Fundo, correspondente ao valor da Quota na data da integralização |
| Primeira Emissão | Primeira emissão de Quotas do Fundo, composta por um lote único e indivisível de até 15.000 (quinze mil) Quotas, totalizando o montante equivalente a até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) |
| Prospecto Quotas | Este prospecto do Fundo de Investimento em Participações GGPARG Quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, de emissão do Fundo |
| Quotista Inadimplente | Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento |
| Quotistas | Investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo |
| Regulamento | Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto |
| Taxa de Administração | Remuneração devida ao Administrador pelos serviços de administração e gestão do Fundo, correspondente a um percentual fixo ao ano calculado sobre o Patrimônio Líquido, conforme consta da Cláusula Quinze do Regulamento |
| Valores Mobiliários | Ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações emitidos pelas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas |

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

2.1. Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo são admitidas à negociação no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, conforme deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, datada de 22 de maio de 2007, e autorização da CVM, nos termos do artigo 2º, §2º, da Instrução CVM n.º 400/03.

Caberá ao intermediário, no caso de operações de aquisição de Quotas nesses mercados, assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente de Quotas. Em se tratando de negociação privada, o Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto no Regulamento.

O investimento nas Quotas não é adequado a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de quotas de fundos de investimento em participações é restrito.

2.2. Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da negociação das Quotas da Primeira Emissão, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP e/ou à sede do Administrador, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo.

Administrador:

Governança & Gestão Investimentos Ltda.

Rua Alexandre Dumas, n.º 1.630, 2º andar

São Paulo – SP

At.: Sra. Isabel Collado

Tel.: (11) 5181-5655

Fax.: (11) 5181-6236

Correio Eletrônico: isabel@gginvestimentos.com.br

Website: www.gginvestimentos.com.br

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares
São Paulo – SP
Website: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar
São Paulo - SP
Website: www.cetip.com.br

2.3. Identificação dos Assessores Legais e Auditores Independentes

2.3.1. Assessores Legais

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447
01403-001 - São Paulo - SP

At.: Sra. Marina Procknor e Sr. André Costa De Vita
Tel.: (11) 3147-7600
Fax: (11) 3147-7770
Correio eletrônico: marina@mattosfilho.com.br/acdevita@mattosfilho.com.br

2.3.2. Auditores Independentes

Os auditores responsáveis por auditar as demonstrações financeiras do Fundo, podem ser contatados no seguinte endereço:

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33
São Paulo – SP

At.: Sr. Zenko Nakassato
Tel.: (11) 3067-3000
Fax: (11) 3079-3752
Website: www.kpmg.com.br

2.4. Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador declara que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o período de negociação das Quotas da Primeira Emissão; e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Primeira Emissão, das Quotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Primeira Emissão, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelo Sr. Antonio Kandir, na qualidade de diretor estatutário do Administrador.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, do Distribuidor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.1. Fatores Macroeconômicos

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal

O Fundo investirá em Companhias Investidas que atuam no mercado brasileiro, estando sujeitas, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Historicamente, as medidas do Governo Federal para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido alterações nas taxas de juros, flutuação da moeda, controle de câmbio, tarifas e limites à importação, controles no consumo de eletricidade, entre outras medidas. Ademais, a política monetária brasileira, muitas vezes, tem sido influenciada por fatores externos ao controle do Governo Federal, tais como, os movimentos dos mercados de capitais internacionais e as políticas monetárias dos países desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos da América. As medidas adotadas pelo Governo Federal e alguns fatores externos causaram efeitos significativos na economia brasileira, assim como no mercado de capitais brasileiro.

Nesse sentido, a adoção de medidas que possam resultar em eventuais flutuações da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal, aliadas a fatores externos, poderão impactar os negócios, as condições financeiras, a capacidade de geração de caixa e os resultados operacionais das Companhias Investidas e, por conseguinte, poderão impactar no valor das Quotas do Fundo

Efeitos da Elevação das Taxas de Inflação e da Política Antiinflacionária

Ao longo de sua história, o Brasil experimentou altos índices de inflação. A inflação, juntamente com medidas governamentais para combatê-la e as especulações acerca dessas medidas, tiveram efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira em geral e contribuíram para a incerteza econômica no Brasil e para a alta volatilidade do mercado de capitais brasileiro. Desde a introdução do real em julho de 1994, a inflação brasileira passou a ser substancialmente menor do que em períodos anteriores. A inflação medida pelo IPCA foi de 12,53% em 2002, 9,3% em 2003, 7,6% em 2004, 5,7% em 2005 e 3,14% em 2006.

Pressões inflacionárias persistem e não é possível assegurar que as recentes taxas de inflação continuarão nos patamares atuais. Medidas governamentais futuras, tais como medidas para ajustar o valor do real, podem desencadear o aumento da inflação. Um efeito significativo da inflação poderá afetar os custos e despesas operacionais das Companhias Investidas e, por conseguinte, impactar o valor das Quotas do Fundo.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, não há como garantir que esses aumentos serão repassados aos preços dos produtos e/ou serviços vendidos pelas Companhias Investidas. Na hipótese desses aumentos não serem integralmente repassados, os custos e despesas operacionais das Companhias Investidas poderão, no médio prazo, aumentar e, eventualmente, reduzir a margem de lucro, o que poderá afetar negativamente as condições financeiras, a capacidade de geração de caixa e os resultados operacionais das Companhias Investidas e, por conseguinte, impactar o valor das Quotas do Fundo.

Ademais, no caso de aumento nas taxas de inflação, eventual política antiinflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e poder aquisitivo da população, gerando conseqüências negativas para os negócios das Companhias Investidas, suas condições financeiras, e o resultado de suas operações e, por conseguinte, impactar o valor das Quotas do Fundo.

Exposição à Variação de Taxas de Juros

As dívidas das Companhias Investidas poderão estar sujeitas à variação das taxas de juros praticadas no mercado, o que poderá expor as Companhias Investidas à flutuação dessas taxas. Na hipótese de elevação das taxas de juros, haverá aumento nos custos do serviço da dívida das Companhias Investidas e das despesas financeiras deles originadas, o que poderá causar impacto negativo nos negócios das Companhias Investidas, nas suas condições financeiras e nos resultados de suas operações e, por conseguinte, impactar o valor das Quotas do Fundo.

3.2. Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão realizadas, a critério do Administrador, sempre no melhor interesse do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

3.3. Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas.

3.4. Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

3.5. Pagamento Condicionado ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

3.6. Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e na Cláusula Quatro do Regulamento, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, e poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira, bem como dos setores econômicos de atuação de tais Companhias Investidas.

3.7. Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

3.8. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

3.9. Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Distribuidor, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GGPAR

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GGPARG

Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento e na seção "Definições" deste Prospecto. Esta seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, sendo que a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Fundo de Investimento em Participações GGPARG, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo tem prazo de duração de 8 (oito) anos a contar da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão, prorrogáveis por um período adicional de até 2 (dois) anos, mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento.

4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo de cada investidor interessado em adquirir Quotas do Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

4.3. Administração e Gestão do Fundo

4.3.1. Administrador

O Fundo é administrado e gerido pela Governança & Gestão Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antônio José de Almeida, n.º 135, Granja Julieta, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.969.434/0001-55.

O diretor do Administrador responsável civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações relativas ao Fundo, nos termos da regulamentação em vigor, é o Sr. Antonio Kandir, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 4.866.700-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 146.229.631-91.

Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos do Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração e à

gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

A remuneração global a ser percebida pelo Administrador no 5º (quinto) dia útil do mês de janeiro de cada exercício social nos termos do Regulamento, referente ao trimestre encerrado em 31 de março de 2007, corresponde a R\$3.700,92 (três mil e setecentos reais e noventa e dois centavos).

4.3.2. Renúncia e Destituição do Administrador

O Administrador poderá renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição, (observado o quorum de deliberação disposto no Regulamento), a qual deverá ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação ora referida. Na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

O Administrador poderá ser destituído de suas funções, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação previsto no Regulamento.

4.4. Prestadores de Serviço do Fundo

3.4.1. Custodiante

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira é realizada por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia, o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Villela, 12º andar, Jabaquara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 . Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

4.4.2. Auditor Independente

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.755.217/0001-29, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação, bem como da atuação do Administrador.

4.5. Objetivo do Fundo

O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, de emissão de companhias que tenham por objeto social a produção de (i) não-tecidos, para utilização em produtos descartáveis e duráveis; e/ou (ii) tubos e conexões de PVC, destinados, inclusive, mas não se limitando, ao abastecimento de água potável e condução de esgoto; e/ou (iii) embalagens flexíveis para a indústria de alimentos, higiene e descartáveis e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos neste Prospecto.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

4.6. Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados a critério exclusivo do Administrador, mediante estrita observância dos termos e condições indicados no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo em Outros Ativos serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela companhia fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da companhia fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da companhia fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos;
- (iii) a companhia fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da companhia fechada, se houver;
- (iv) a companhia fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;

- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a companhia fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e
- (vi) a companhia fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

4.6.1. Formação e Composição da Carteira

A Carteira do Fundo poderá ser composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas; e
- (ii) Outros Ativos.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) o Administrador poderá manter parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no inciso (i) acima, o Administrador convocará imediatamente Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no inciso (i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Administrador e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

Na data deste Prospecto, parcela do patrimônio líquido do Fundo correspondente a R\$8.158.905,40 (oito milhões, cento e cinquenta e oito mil e novecentos e cinco reais e quarenta centavos) estava alocada em posição ativa em 1.941.448 (um milhão, novecentas e quarenta e uma mil e quatrocentas e quarenta e oito) ações ordinárias de emissão da **COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.500.180/0001-32, com sede na Rodovia BR 376 km 16,5, s/ n.º, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Ademais, na data deste Prospecto, o Fundo detinha R\$523.514,43 (quinhentos e vinte e três mil e quinhentos e quatorze reais e quarenta e três centavos) aplicados em Outros Ativos, bem como R\$121.398,68 (cento e vinte e um mil e trezentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos) em disponibilidades.

4.7. Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimentos em Valores Mobiliários, que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 4 (quatro) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que atendam os critérios descritos no Regulamento, mediante decisão e orientação do Administrador.

Os recursos utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito no Regulamento e neste Prospecto.

4.7.1. Novos Aportes de Recursos

Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Administrador, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos:

- (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Administrador e/ou pela Assembléia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou
- (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

Sem prejuízo do disposto acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Administrador interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo.

4.8. Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

4.8.1. Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa e serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

4.8.2. Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Inicial do Fundo, após a Primeira Emissão de Quotas do Fundo, será formado por um lote único e indivisível de até 15.000 (quinze mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão.

O Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$1.000,00 (mil reais), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

4.8.3. Valor das Quotas

As Quotas terão seu valor calculado diariamente e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

4.8.4. Direito de Voto

Observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto, todas as Quotas têm direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

4.8.5. Condições de Emissão e Subscrição das Quotas da Primeira Emissão do Fundo

A Primeira Emissão foi automaticamente dispensada de registro de distribuição pública perante a CVM, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM n.º 400/03").

As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial serão subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador e pelo Distribuidor, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento, que será assinado na data de subscrição de suas Quotas, e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

4.8.6. Integralização das Quotas

As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo Preço de Integralização, conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador aos Quotistas de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Na medida em que o Administrador (i) identifique oportunidades e/ou necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador notificará os Quotistas de tal oportunidade e/ou necessidade, conforme o caso, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

O procedimento disposto neste item será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas tenham sido integralizadas.

Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item "Integralização das Quotas", no Regulamento e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item, do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da data de registro do Fundo na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

4.8.7. Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

Ressalvadas as negociações privadas entre investidores qualificados, as Quotas somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou de balcão organizado. A negociação das Quotas no mercado de bolsa ou de balcão organizado sujeitar-se-á necessariamente ao registro prévio na CVM, conforme disposto no artigo 2º, § 2º, da Instrução CVM n.º 400/03.

O Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois do Regulamento.

Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. do Regulamento, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas. Neste caso, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) Caso algum dos Quotistas (o "Quotista Alienante") deseje alienar a terceiros quaisquer Quotas de sua titularidade, o Quotista Alienante deverá comunicar aos demais Quotistas, por escrito, com cópia para o Administrador, o preço e as condições de pagamento que pretende obter de um terceiro como contraprestação à referida alienação de Quotas, além do nome e qualificação de tal terceiro comprador;
- (ii) Observado o disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo, os demais Quotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no inciso anterior, para, alternativamente, e por meio de comunicação por escrito ao Quotista Alienante, com cópia para o Administrador, (a) manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para aquisição das Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a compra e venda das Quotas, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação ("Direito de Compra") ou (b) manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para venda de suas Quotas em conjunto com as Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a venda de suas Quotas e das Quotas objeto da proposta de venda, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação ("Direito de Venda"). Havendo vários Quotistas interessados, a quantidade de Quotas que cada um terá o direito de adquirir ou vender, conforme o caso, será proporcional à participação total dos Quotistas interessados no Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iii) A falta de manifestação por qualquer dos outros Quotistas nos termos do inciso (ii) acima será equivalente a uma manifestação, por parte daquele(s) Quotistas, de que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe para aquisição ou venda das Quotas que forem objeto da comunicação inicial do Quotista Alienante, ficando o Quotista Alienante autorizado a promover a alienação a um terceiro, dentro de um prazo suplementar de 30 (trinta) dias, desde que por um preço e condições de pagamento não inferiores aos constantes da comunicação inicialmente efetuada aos outros Quotistas. Havendo dúvida ou divergência quanto à determinação do preço e condições de pagamento das Quotas (dentre os inicialmente comunicados aos outros Quotistas e os efetivamente negociados com um terceiro), a matéria será submetida à decisão final, vinculante e inatacável, de uma das 4 (quatro) maiores empresas internacionais de auditoria e/ou consultoria, escolhida pelo Quotista Alienante, às suas expensas;

- (iv) A partir do momento em que todos os Quotistas declararem que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe, nos termos deste item, ou na falta de manifestação tempestiva dentro dos 30 (trinta) dias acima referido, o Quotista Alienante poderá franquear a terceiros, mediante assunção de compromissos de confidencialidade, amplo acesso às informações de que tiver acesso sobre o Fundo e seus investimentos e sobre a composição da Carteira; e
- (v) Transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias indicado no inciso (iii) acima, sem que as Quotas tenham sido alienadas, e continuando o Quotista Alienante interessado na transferência, deverá renovar o procedimento de oferta acima estabelecido.

Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Prospecto e no Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois do Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

4.9. Condições de Amortização e Resgate das Quotas

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefício de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese de inadimplemento por parte do Quotista, nos termos do item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data do pagamento da amortização.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no 1º (primeiro) dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no 1º (primeiro) dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo, para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima;
- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

4.10. Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo será do ano civil e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos no Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

4.11. Inadimplência dos Quotistas

Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento ("Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas, nos termos descritos no Regulamento), até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. do Regulamento e neste item, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto no Regulamento.

Se o Administrador realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este parágrafo, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.

Independentemente do disposto no parágrafo acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação por escrito a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente.

As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiro ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto neste item.

O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

4.12. Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

Durante ou até o último dia útil do Período de Desinvestimento, a liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos a seguir, a critério do Administrador, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item "Condições de Amortização e Resgate das Quotas".

Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento.

4.13. Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e de aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Nove do Regulamento.

4.14. Partes Relacionadas ao Administrador e Situações de Conflitos de Interesses

Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador, ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador (carteira de

investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no inciso (i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove do Regulamento).

4.15. Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) semestralmente, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(ii) anualmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

4.16. Taxa de Administração e Encargos do Fundo

4.16.1. Taxa de Administração

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma Taxa de Administração equivalente ao percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês. A Taxa de Administração será provisionada mensalmente e será paga ao Administrador até o 5 de janeiro de cada exercício social.

4.16.2. Outros Encargos

Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e

- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

4.17. Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

4.17.1. Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato

do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos pelos (i) Quotistas do Fundo residentes no Brasil (a) nas contas correntes de depósito à vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); ou (b) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento); e (ii) Quotistas do Fundo residentes no exterior, em contas de sua titularidade, até o limite dos valores ingressados, registrados no Banco Central do Brasil.

4.17.2. Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

4.18. Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo e a Primeira Emissão, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador e o Distribuidor nos seguintes endereços:

Administrador:

Governança & Gestão Investimentos Ltda.

Rua Alexandre Dumas, n.º 1.630, 2º andar,

Chácara Santo Antônio, São Paulo - SP

Tel.: (11) 5181.5655

Fax.: (11) 5181.6236

Correio Eletrônico: kandir@gginvestimentos.com.br

Website: www.gginvestimentos.com.br

Distribuidor:

Ativa S/A Corretora de Títulos, Câmbio e Valores

Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 151/154,

Chácara Itaim, São Paulo - SP

Tel.: (11) 3168.5088

Fax.: (11) 3168.4001

Website: www.ativatrade.com.br

5. ANEXOS

ANEXO I AO PROSPECTO

Cópia da Deliberação de Constituição do Fundo

62

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

15 DEZ 2008

1423244

SÃO PAULO

GOVERNANÇA & GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA.

CNPJ/MF n.º 04.969.434/0001-55

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GGPARG**

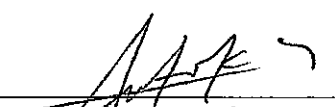
1. Por este instrumento particular, a **GOVERNANÇA & GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, n.º 1.630, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.969.434/0001-55, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), resolve:
 - a. Constituir um fundo de investimento em participações nos termos da Instrução da CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003 ("Instrução CVM n.º 391/03"), conforme alterada, em regime de condomínio fechado, que será denominado Fundo de Investimento em Participações GGPARG ("Fundo");
 - b. Aprovar o regulamento do Fundo ("Regulamento"), que segue anexo ao presente instrumento de constituição;
 - c. Nomear o Sr. Antonio Kandir, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 4.866.700-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 146.229.631-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Professor Alceu Maynard Araújo, n.º 443, apto. 23, bloco 6, Granja Julieta, para ser o diretor do Administrador responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo;
 - d. Assumir as funções de administração e gestão do Fundo e contratar as seguintes instituições como prestadoras de serviços do Fundo: (i) O Banco Itaú S.A., para ser responsável pelos serviços de custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo, assim como de controladoria e escrituração das quotas do Fundo; (ii) Ativa S/A Corretora de Títulos, Câmbio e Valores, para ser responsável pela execução dos serviços de colocação das quotas e de tesouraria do Fundo; e (iii) KPMG Auditores Independentes, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;
 - e. Deliberar sobre a primeira emissão do Fundo, composta de um lote único e indivisível de até 15.000 (quinze mil) quotas, correspondentes a frações ideais do



patrimônio líquido do Fundo, sendo que as quotas ora emitidas terão preço inicial e unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando a emissão o valor de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). As quotas terão os direitos e características definidos no Regulamento ora aprovado (que segue anexo ao presente instrumento); e

- f. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da primeira emissão de quotas do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM n.º 391/03 para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao registro do Fundo. A primeira emissão de quotas do Fundo será automaticamente dispensada de registro de distribuição pública perante a CVM, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003.
2. Estando assim deliberado este instrumento de constituição, vai o presente assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 14 de dezembro de 2006


Por: Antonio Kandir
Cargo: Sócio Diretor

SÃO PAULO

15 DEZ 2006

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1423244



Dr. Radislau Lamotta 08900634
Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica
Rua Benjamin Constant, 152 - Tel: (11) 3107-0031 - São Paulo

Apresentado hoje, protocolado e registrado em microfilme
sob nº 1423244

São Paulo, 15 DEZ 2006 Escrevente Autorizado

Selos e taxas recolhidos por verba

| Emol R\$: | Estado R\$: | Ipasp R\$: | R.G. R\$: | T.J. R\$: | TOTAL R\$: |
|-----------|-------------|------------|-----------|-----------|------------|
| 2.803,19 | 796,69 | 590,14 | 147,54 | 147,54 | 4.485,10 |

ANEXO II AO PROSPECTO

Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

62
15 DEZ 2005

OFICIAL R.I.D.
MICROFILME

1423244

SÃO PAULO

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES GGPAR

CLÁUSULA UM – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

1.1. – O Fundo de Investimento em Participações GGPAR (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. – O Fundo terá prazo de duração de 8 (oito) anos, contados da Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão (conforme abaixo definido), podendo ser prorrogado por um período adicional de até 2 (dois) anos, mediante proposta do Administrador (conforme abaixo definido) e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

1.3. – O Fundo terá uma única classe de quotas (as "Quotas").

1.4. – As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nas Cláusulas Sete a Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA DOIS – DO PÚBLICO ALVO

2.1. – O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pelo Artigo 109 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 409, de 18 de agosto de 2004 ("Instrução CVM n.º 409/04") (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo, os "Quotistas").

2.2. – O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Sem prejuízo do disposto neste item, não existe valor mínimo de aplicação para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Quotista.

CLÁUSULA TRÊS – DO OBJETIVO PRINCIPAL DO FUNDO

3.1. – O objetivo preponderante do Fundo é obter rendimentos de longo prazo a seus Quotistas, por meio de investimentos, diretos e/ou indiretos, em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação ("Valores Mobiliários"), de emissão de companhias que tenham por

15 DE 2006

1423244

objeto social a produção de (i) não-tecidos, ~~para utilização~~ em produtos descartáveis e duráveis; e/ou (ii) tubos e conexões de PVC, destinados, inclusive, mas não se limitando, ao abastecimento de água potável e condução de esgoto; e/ou (iii) embalagens flexíveis para a indústria de alimentos, higiene e descartáveis e, quando for o caso, atendam aos requisitos descritos no item 3.3. abaixo (as companhias que sejam passíveis de investimento pelo Fundo, as "Companhias Alvo").

3.1.1. – Para os fins de que trata este Regulamento, qual(is)quer companhia(s) cujos Valores Mobiliários venham a integrar a carteira de investimentos do Fundo ("Carteira") será denominada simplesmente como "Companhia Investida", quando referida individualmente, ou como "Companhias Investidas", quando referidas em conjunto.

3.2. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários deverão sempre propiciar a participação do Fundo na administração da Companhia Investida, com efetiva influência do Fundo, de forma direta e/ou indireta, na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive, mas não se limitando, por meio da: (i) indicação pelo Fundo de membros do conselho de administração ou da diretoria da Companhia Investida, (ii) titularidade de Valores Mobiliários que integrem o bloco de controle da Companhia Investida e/ou (iii) participação em acordo de acionistas da Companhia Investida.

3.3. – Sem prejuízo do disposto nos itens acima, caso o Fundo deseje investir em Companhias Alvo sem registro de companhia aberta perante a CVM ("Companhias Fechadas"), tais Companhias Fechadas somente poderão receber investimentos do Fundo se atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (i) o respectivo estatuto social deverá conter disposições que proíbam a emissão de partes beneficiárias pela Companhia Fechada, sendo que, à época da realização de investimento pelo Fundo, não poderão existir quaisquer partes beneficiárias de emissão da Companhia Fechada em circulação;
- (ii) os membros do conselho de administração da Companhia Fechada deverão ter mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos;
- (iii) a Companhia Fechada deverá disponibilizar informações sobre contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas, programas de opção de aquisição de ações e outros valores mobiliários de emissão da Companhia Fechada, se houver;

68

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

15 DEZ 2006

1423244

SÃO PAULO

- (iv) a Companhia Fechada deverá ter adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) na hipótese de abertura de capital, mediante realização de distribuição pública de ações e/ou distribuição pública de debêntures e/ou distribuição pública de bônus de subscrição, a Companhia Fechada deverá ter obrigação em seus documentos societários e/ou acordos de acionistas no sentido de aderir à segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa de que tratam os itens (i) a (iv) acima; e
- (vi) a Companhia Fechada deverá ter demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditores independentes registrados na CVM.

CLÁUSULA QUATRO - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E OUTRAS REGRAS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

4.1. – Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários serão realizados a critério exclusivo do Administrador, mediante estrita observância dos termos e condições estabelecidos neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão. Os investimentos do Fundo nos Outros Ativos (conforme abaixo definido) serão realizados por meio de negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado ou sistema de registro autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

4.2. – A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) preponderantemente, Valores Mobiliários de emissão das Companhias Investidas;
- (ii) quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI e/ou multimercado, regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, bem como títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 4.3. abaixo ("Outros Ativos").

4.2.1. – O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida e Outros Ativos de emissão de um único emissor, sendo que, além do disposto na Cláusula Três e nesta Cláusula Quatro, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação para os Valores Mobiliários e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira do Fundo. O disposto neste

3

15 DEZ 88

1423244

SÃO PAULO

item implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos de um único emissor e de pouca liquidez, o que poderá, eventualmente, acarretar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas do Fundo, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida cujos Valores Mobiliários venham a integrar a Carteira.

4.3. - Sem prejuízo do objetivo principal do Fundo, conforme descrito acima, na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no inciso (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital (conforme abaixo definido), deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada Chamada de Capital;
- (ii) até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iii) durante os períodos que compreendam o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração (conforme abaixo definido), tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do Administrador, no melhor interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (iv) o Administrador poderá manter parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos, desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.



15 DEZ 2005

1423244

SÃO PAULO

4.3.1. – Caso investimentos do Fundo nas Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no item 4.3.(i) acima, o Administrador convocará imediatamente Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre (i) a prorrogação do prazo referido no item 4.3.(i) acima ou (ii) a restituição dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de Quotas pelos Quotistas e que sejam referentes aos investimentos em Valores Mobiliários originalmente programados pelo Administrador e que não tenham se concretizado por qualquer razão fora do controle do Administrador e/ou das outras partes envolvidas no investimento do Fundo.

4.4. – Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e/ou em Outros Ativos, serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração, e/ou, ainda, encargos do Fundo.

4.5. – O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

4.6. – Salvo aprovação de Quotistas reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento, será vedado ao Fundo adquirir Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e/ou de Companhias Investidas nas quais participem:

- (i) o Administrador e/ou Quotistas titulares de Quotas representativas de 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentual superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no inciso (i) anterior que:
 - a. estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - b. façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo

15 DEZ 2008

1423244

Fundo, antes da realização do primeiro investimento do Fundo na respectiva companhia.

4.7. – Sem prejuízo do disposto no item 4.6. acima, qualquer transação (i) entre o Fundo e Partes Relacionadas do Administrador (conforme abaixo definido), ou (ii) entre o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador (carteira de investimentos ou fundo de investimento), ou (iii) entre Partes Relacionadas do Administrador e as Companhias Investidas, ou (iv) entre o Fundo e as pessoas referidas no item 4.6.(i) acima será considerada uma hipótese de potencial conflito de interesses e deverá ser levada ao conhecimento e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento).

4.7.1. – Serão consideradas partes relacionadas ao Administrador, para os fins de que trata o item 4.7. acima ("Partes Relacionadas do Administrador"):

- (i) qualquer pessoa física ou jurídica em que o Administrador detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social;
- (ii) qualquer pessoa física ou jurídica que detenha participação que represente 10% (dez por cento) ou mais, direta ou indiretamente, do capital social do Administrador;
- (iii) qualquer pessoa jurídica em que as pessoas mencionadas no inciso (ii) acima detenham participação societária equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente; e
- (iv) quaisquer pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii) acima participem com participação equivalente ou superior a 10% (dez por cento), direta ou indiretamente.

CLÁUSULA CINCO – DO PERÍODO DE INVESTIMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

5.1. – O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários ("Período de Investimentos"), que se iniciará na Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e se estenderá por até 4 (quatro) anos. Durante o Período de Investimentos, o Fundo realizará investimentos exclusivamente nas Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas que atendam os critérios de que tratam as Cláusulas Terceira e Quarta acima, mediante decisão e orientação do Administrador.



15 DEZ 88

1423244

SÃO PAULO

5.1.1. – Os recursos que serão utilizados pelo Fundo para a realização de investimentos nos termos do item 5.1. acima serão aportados pelos Quotistas, mediante subscrição e integralização das Quotas do Fundo, conforme descrito neste Regulamento.

5.1.2. – Investimentos em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas poderão ser realizados excepcionalmente fora do Período de Investimentos, mediante decisão do Administrador, sempre objetivando os melhores interesses do Fundo, nos casos: (i) de investimentos relativos a obrigações assumidas pelo Fundo e aprovadas pelo Administrador e/ou pela Assembléia Geral de Quotistas antes do término do Período de Investimentos e ainda não concluídos definitivamente; ou (ii) de investimentos nas Companhias Investidas ou em suas subsidiárias.

5.1.3. – Sem prejuízo do disposto no item 5.1.2. acima, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimentos, o Administrador interromperá todo e qualquer investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas e dará início a um processo de desinvestimento total do Fundo, mediante estudos, análises e estratégias de desinvestimento que, conforme a conveniência e oportunidade, e sempre no melhor interesse do Fundo, propiciem aos Quotistas o melhor retorno possível, devendo tal processo ser concluído até a data de liquidação do Fundo ("Período de Desinvestimento").

CLÁUSULA SEIS – DO PATRIMÔNIO INICIAL DO FUNDO

6.1. – O patrimônio inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas ("Primeira Emissão"), será formado por um lote único e indivisível de até 15.000 (quinze mil) Quotas, sendo que não existirá quantidade mínima de Quotas a serem subscritas no âmbito da Primeira Emissão. O preço inicial e unitário de emissão das Quotas da Primeira Emissão será correspondente a R\$1.000,00 (mil reais) (o valor de cada Quota, o "Preço de Emissão"), totalizando a Primeira Emissão o montante equivalente a até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

6.1.1. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro do Fundo na CVM, nos termos da regulamentação aplicável ("Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão"). A integralização das Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverá ser realizada no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de registro do Fundo na CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

15 DEZ 2006

1423244

SÃO PAULO

6.1.2. – As Quotas representativas do Patrimônio Inicial que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

CLÁUSULA SETE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

7.1. – Características das Quotas e Direitos Patrimoniais

7.1.1. – As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e são de uma única classe.

7.1.2. – Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa, serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pelo Administrador.

7.1.3. – Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto nos itens 7.6. e 7.7., bem como na Cláusula Oito abaixo.

7.2. – Valor das Quotas

7.2.1. – As Quotas terão seu valor calculado diariamente, e tal valor será o correspondente à divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Quotas emitidas e em circulação, na data de apuração do valor das Quotas.

7.3. – Direitos de Voto

7.3.1. – Todas as Quotas terão direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, correspondendo cada Quota a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo.

7.4. – Emissão e Subscrição de Quotas

7.4.1. – A Primeira Emissão será automaticamente dispensada de registro de distribuição pública perante a CVM, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM n.º 400/03").

7.4.2. – As Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial deverão ser subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Primeira Emissão e serão integralizadas em moeda corrente nacional de acordo com as Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas pelo Administrador, nos termos do item 7.5. abaixo.



69

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1423244

15 DEZ 2006

15 DEZ 2006

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1423244

SÃO PAULO

7.4. ~~SÃO PAULO~~ No ato de subscrição das Quotas do Fundo representativas do Patrimônio Inicial, o subscritor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos do "Instrumento Particular de Compromisso de Investimento", que será assinado pelo respectivo subscritor na data de subscrição de suas Quotas ("Compromisso de Investimento"), o qual, uma vez assinado, passará a fazer parte integrante deste Regulamento e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento e do prospecto do Fundo ("Prospecto"), quando deverá declarar, por meio da assinatura de termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que está ciente das disposições contidas no Compromisso de Investimento, neste Regulamento e no Prospecto do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

7.5. – Integralização das Quotas

7.5.1. – As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, pelo valor da Quota na data da integralização ("Preço de Integralização"), conforme solicitação que venha a ser realizada pelo Administrador aos Quotistas de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

7.5.2. – Na medida em que o Administrador (i) identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou nas Companhias Investidas, ou (ii) identifique necessidades de recebimento de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo ("Chamada de Capital"), mediante a integralização parcial ou total das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento celebrados com o Fundo.

7.5.3. – Ao receberem a Chamada de Capital, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador e de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento.

7.5.4. – O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.



15 DEZ 2006

MICROFILME

1423244

SÃO PAULO

7.5.5. – O procedimento disposto nos itens 7.5.1. a 7.5.4 acima será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas representativas do Patrimônio Inicial subscritas pelos Quotistas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

7.5.6. – Os Quotistas, ao subscreverem Quotas do Fundo e assinarem os Compromissos de Investimento, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 7.5. e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 7.5. e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 7.6. abaixo.

7.6. – Inadimplência dos Quotistas

7.6.1. – Caso algum Quotista deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo, mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento (o "Quotista Inadimplente"), (i) o Quotista Inadimplente será responsável por quaisquer perdas e danos que venha a causar ao Fundo, nos termos do item 7.5.6. acima e (ii) o Quotista Inadimplente terá seus direitos políticos e patrimoniais suspensos (voto em Assembléias Gerais, pagamento de amortização em igualdade de condições com os demais Quotistas, assim como direito de preferência para a aquisição de Quotas do Fundo, nos termos descritos no item 7.9.5. abaixo) até que as suas obrigações tenham sido cumpridas, ou até a data de liquidação do Fundo, o que ocorrer primeiro. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, e desde que o Administrador não tenha tomado as providências referidas no item 7.6.2. abaixo, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas, aos seus direitos políticos e seu direito de preferência para a aquisição de Quotas, conforme previsto neste Regulamento.

7.6.1.1. – Se o Administrador realizar amortização ou resgate de Quotas aos Quotistas do Fundo em período em que um Quotista esteja classificado como Quotista Inadimplente, os valores referentes à amortização ou ao resgate devidos ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização ou resgate de suas Quotas.



15 DEZ 2009

1423244

OFICIAL R.T.D.

SÃO PAULO

7.6.2. – Independentemente do disposto no item acima, o Administrador poderá alienar as Quotas de titularidade de qualquer Quotista Inadimplente, de acordo com o disposto no respectivo Compromisso de Investimento, caso este não cumpra com suas obrigações previstas no respectivo Compromisso de Investimento, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados de notificação, por escrito, a ser encaminhada pelo Administrador ao Quotista Inadimplente.

7.6.2.1. – As Quotas de titularidade do Quotista Inadimplente que venham a ser alienadas pelo Administrador serão primeiro ofertadas aos demais Quotistas do Fundo, os quais terão direito de preferência para adquiri-las na proporção de seus investimentos no Fundo, observado o disposto no item 7.6.1. acima.

7.6.2.2. – O produto da alienação das Quotas do Quotista Inadimplente lhe será entregue logo depois de deduzido o débito do mesmo para com o Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento celebrado entre o Quotista Inadimplente e o Fundo.

7.7. – Procedimentos referentes à Amortização de Quotas

7.7.1. – As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Oito abaixo e o disposto neste item 7.7.

7.7.2. – Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas e em circulação na data do pagamento da amortização.

7.7.3. – Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediada a instituição financeira na qual o Quotista mantém conta corrente e/ou de investimento na qual serão depositados os valores referentes a pagamentos de amortizações de suas Quotas, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota original que seria atribuído ao Quotista, sem adição de qualquer remuneração ou ajuste.

7.7.4. – Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, crédito em conta corrente,

15 JUL 2008

1423244

SÃO PAULO

documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.7.5. – Ao final do prazo de duração do Fundo, e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional. Não havendo recursos em moeda corrente nacional suficientes para realizar o pagamento da amortização total das Quotas do Fundo em circulação à época da liquidação do Fundo, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá (a) decidir se pretende prorrogar o período de duração do Fundo, para que o Administrador tenha período adicional para liquidar os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo e, num segundo momento, liquidar o Fundo mediante a amortização de Quotas em moeda corrente nacional, ou (b) deliberar sobre procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo, para fins de amortização total das Quotas do Fundo ainda em circulação;
- (ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima deliberar não prorrogar o prazo de duração do Fundo e não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada Quotista sobre o valor total das Quotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;
- (iii) na hipótese descrita no inciso acima, o Administrador deverá notificar os Quotistas, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"), informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio de que trata o inciso acima;



- (iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo Quotista que detenha a maioria das Quotas do Fundo em circulação.

7.8. – Resgate das Quotas

7.8.1. – As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

7.9. – Negociação das Quotas

7.9.1. – Ressalvadas as negociações privadas entre investidores qualificados, as Quotas somente poderão ser negociadas no mercado de bolsa ou de balcão organizado. A negociação das Quotas no mercado de bolsa ou de balcão organizado sujeitar-se-á necessariamente ao registro prévio na CVM, conforme disposto no artigo 2º, § 2º, da Instrução CVM n.º 400/03.

7.9.2. – O Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na Cláusula Dois deste Regulamento.

7.9.3. – Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas deverá cumprir com os requisitos descritos no item 7.4.3. acima, sob pena de nulidade da operação de compra e venda de Quotas em questão.

7.9.4. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

7.9.5. – Os Quotistas, ao ingressarem no Fundo, outorgar-se-ão reciprocamente o direito de preferência para a compra ou venda de Quotas de sua propriedade, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação de cada um dos Quotistas na composição do Patrimônio Líquido do Fundo, no caso de qualquer Quotista pretender, de qualquer forma e sob qualquer hipótese, alienar tais Quotas a terceiros ou a outros Quotistas. Neste caso, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) Caso algum dos Quotistas (o "Quotista Alienante") deseje alienar a terceiros quaisquer Quotas de sua titularidade, o Quotista Alienante

15 DEZ 2006

1623244
OFICIAL R.T.D.

SÃO PAULO

deverá comunicar aos demais Quotistas, por escrito, com cópia para o Administrador, o preço e as condições de pagamento que pretende obter de um terceiro como contraprestação à referida alienação de Quotas, além do nome e qualificação de tal terceiro comprador.

- (ii) Observado o disposto no item 7.6.1. acima, os demais Quotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no inciso anterior, para, alternativamente, e por meio de comunicação por escrito ao Quotista Alienante, com cópia para o Administrador, (a) manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para aquisição das Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a compra e venda das Quotas, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação ("Direito de Compra") ou (b) manifestar sua intenção de exercer o direito de preferência para venda de suas Quotas em conjunto com as Quotas que forem objeto da comunicação recebida, hipótese em que a venda de suas Quotas e das Quotas objeto da proposta de venda, nos mesmos termos e condições expressos na comunicação mencionada no inciso (i) acima, deverá ser efetivada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar dessa manifestação ("Direito de Venda"). Havendo vários Quotistas interessados, a quantidade de Quotas que cada um terá o direito de adquirir ou vender, conforme o caso, será proporcional à participação total dos Quotistas interessados no Patrimônio Líquido do Fundo.
- (iii) A falta de manifestação por qualquer dos outros Quotistas nos termos do inciso (ii) acima será equivalente a uma manifestação, por parte daquele(s) Quotista(s), de que não pretende(m) exercer o direito de preferência que lhe(s) cabe para aquisição ou venda das Quotas que forem objeto da comunicação inicial do Quotista Alienante, ficando o Quotista Alienante autorizado a promover a alienação a um terceiro, dentro de um prazo suplementar de 30 (trinta) dias, desde que por preço e condições de pagamento não inferiores aos constantes da comunicação inicialmente efetuada aos outros Quotistas. Havendo dúvida ou divergência quanto à determinação do preço e condições de pagamento das Quotas (dentre os inicialmente comunicados aos outros Quotistas e os efetivamente negociados com um terceiro), a matéria será submetida à decisão final, vinculante e inatacável, de uma das 4 (quatro) maiores empresas internacionais de auditoria e/ou consultoria, escolhida pelo Quotista Alienante, às suas expensas.
- (iv) A partir do momento em que todos os Quotistas declararem que não pretendem exercer o direito de preferência que lhes cabe, nos termos deste item, ou na falta de manifestação tempestiva dentro do prazo de 30

15 DE 2006

-1423244

SÃO PAULO

(trinta) dias acima referido, o Quotista Alienante poderá franquear a terceiros, mediante assunção de compromissos de confidencialidade, amplo acesso às informações de que tiver acesso sobre o Fundo e seus investimentos e sobre a composição da Carteira.

- (v) Transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias indicado no inciso (iii) acima, sem que as Quotas tenham sido alienadas, e continuando o Quotista Alienante interessado na transferência, deverá renovar o procedimento de oferta acima estabelecido.

7.9.6. – Caso um Quotista venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas sem observância do disposto neste Regulamento e sem comprovação, pelo Administrador, de que o novo Quotista qualifica-se para ser investidor do Fundo nos termos da Cláusula Dois deste Regulamento, tal operação será nula e não surtirá quaisquer efeitos.

CLÁUSULA OITO – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

8.1. – A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto nesta Cláusula e no item 7.7. deste Regulamento.

8.2. – O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

8.3. – Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas do Fundo, em benefícios de todos os Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 7.6. acima.

CLÁUSULA NOVE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

9.1. – Observado o disposto nos itens 9.2. a 9.6. abaixo, competirá exclusivamente à Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras matérias que a ela venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;



6º

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

1507

1423244

SÃO PAULO

- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas quotas;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador, na forma prevista no item 16.2. deste Regulamento;
- (x) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que tratam os itens 4.6. e 4.7. deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo, conforme o caso;
- (xii) deliberar aprovar despesas do Fundo não previstas na Cláusula Dez deste Regulamento;
- (xiii) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas; e
- (xiv) deliberar sobre a prorrogação ou não do prazo de que trata o item 4.3.(i) deste Regulamento.

9.1.1. – Independentemente do disposto no item 9.1.(ii) acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

SÃO PAULO

9.2. – As deliberações sobre as matérias indicadas no item 9.1 acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembléia Geral de Quotistas, que não expressamente indicadas neste Capítulo, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas dos Quotistas presentes na respectiva Assembléia Geral de Quotistas.

9.3. – A convocação da Assembléia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo o edital de convocação conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

9.3.1. – Independentemente da convocação prevista no item 9.3. acima, será considerada regular a Assembléia Geral de Quotistas a que comparecerem todos os Quotistas do Fundo.

9.4. – A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

9.5. – Somente poderão votar na Assembléia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito como Quotistas do Fundo.

9.6. – Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral de Quotistas os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

CLÁUSULA DEZ - DOS ENCARGOS DO FUNDO

10.1. – Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;

AL

15 DEZ 2006

1423244

SÃO PAULO

- (iv) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxa de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada.

10.2. – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

10.3. – O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido sub-contratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA ONZE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. – O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas daquelas do Administrador, bem como do Custodiante (conforme abaixo definido).

SÃO PAULO

11.2. – O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

11.3. – O exercício social do Fundo será do ano civil, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

11.4. – As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CLÁUSULA DOZE – DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

12.1. – Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades ("Patrimônio Líquido"). O valor do Patrimônio Líquido do Fundo será calculado diariamente considerando os critérios estabelecidos abaixo.

12.2. – No cálculo do valor da Carteira, os ativos integrantes da Carteira devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo e descritos neste Regulamento. Inicialmente, os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários serão avaliados pelo seu custo de aquisição; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

12.3. – Os Valores Mobiliários e os Outros Ativos que, na data de liquidação do Fundo, não tiverem sido alienados ou resgatados integralmente, nos respectivos prazos contratuais e/ou de vencimento, serão considerados, para efeito de cálculo do Patrimônio Líquido naquela data, como sem nenhum valor.

CLÁUSULA TREZE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

13.1. – Durante ou até o último dia útil do Período de Desinvestimento, a liquidação programada do Fundo será realizada de acordo com um dos procedimentos descritos

15 DEZ 2006

-1428244

SÃO PAULO

a seguir, a critério do Administrador, sempre levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e dos Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e para aqueles Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou dos Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 7.7.5. acima.

13.1.1. – Em qualquer caso, a liquidação de investimentos do Fundo será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

13.2. – Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

13.3. – O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo; e/ou
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADMINISTRADOR

14.1. – O Fundo será administrado e gerido pela **GOVERNANÇA & GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, n.º 1.630, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.969.434/0001-55 ("Administrador").



14.2. – Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, o Administrador, na qualidade de representante do Fundo, tem poderes para praticar todos e quaisquer atos necessários à administração e à gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembléias gerais, de qualquer natureza, dos emissores dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira.

14.3. – O Administrador poderá renunciar à administração e gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a sua substituição (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de encaminhamento da notificação de que trata esse item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração.

14.4. – Além da hipótese de renúncia descrita no item 14.3. acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas do Fundo, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento.

CLÁUSULA QUINZE – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

15.1. – Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus à remuneração que contemplará uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente ao percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, calculado sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado no último dia útil de cada mês, de acordo com o disposto na Cláusula Doze deste Regulamento. A Taxa de Administração será provisionada mensalmente e será paga ao Administrador até o 5º (quinto) dia útil do mês de janeiro de cada exercício social.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E VEDAÇÕES APLICÁVEIS AO ADMINISTRADOR

16.1. – Sem prejuízo de outras obrigações descritas neste Regulamento, incluem-se entre as obrigações do Administrador:



15 DEZ 2006

1423244

SÃO PAULO

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:
- (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) os registros dos Quotistas e das operações de transferência de Quotas;
 - (c) o livro de atas de Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (d) o livro de presença de Quotistas nas Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo;
 - (e) os demonstrativos contábeis do Fundo;
 - (f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (g) os relatórios do auditor independente do Fundo;
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) observado o disposto no item 16.2. abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

15 DEZ 2006

1423244

SÃO PAULO

- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso (i) deste item 16.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, nos termos descritos neste Regulamento, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto ao custodiante do Fundo;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas de que o Fundo participe;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas; e
- (xv) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo.

16.2. – Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Nove deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembléia Geral de Quotistas na forma deste item, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os incisos (vi) e (vii) do item 16.1. acima serão impedidos de votar.

16.3. – Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em conta corrente;



69

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

15 DEZ 2006

1423244

- (ii) contrair ou efetuar empréstimos;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas ou notas promissórias;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

SÃO PAULO

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. – Sem prejuízo das obrigações referidas acima, o Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e às Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador sob compromisso de confidencialidade e/ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos de qualquer Companhia Investida.

17.2. – O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) semestralmente, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a relação das Instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários integrantes da Carteira;

(ii) anualmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:



15 DEZ 2008

1423244

SÃO PAULO

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao Patrimônio Líquido médio anual do Fundo.

17.3. – As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios protocolados na CVM.

17.4. – O Administrador deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

CLÁUSULA DEZOITO - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. – Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante e os Quotistas.

18.2. – O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

18.3. – Os Quotistas do Fundo deverão manter (a) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões, (b) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas e (c) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo (i) com o consentimento prévio e por escrito do Administrador ou (ii) se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que, nesta última hipótese, o Administrador deverá ser informado por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

18.4. – Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por meio de arbitragem a ser administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("Câmara"), de acordo com o regulamento da Câmara ("Regulamento da Câmara").



15 DEZ 2005

1423244

SÃO PAULO

18.4.1. – A arbitragem será decidida por um tribunal arbitral sediado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituído por 3 (três) árbitros a serem nomeados nos termos do Regulamento da Câmara, devendo a parte requerente nomear um árbitro de sua confiança e a parte requerida nomear outro árbitro de sua confiança, sendo o terceiro árbitro, que presidirá os trabalhos, nomeado pelos dois árbitros acima mencionados. Não será permitida a instauração de arbitragem multilateral, ou seja, de procedimento arbitral composto por mais de dois pólos antagônicos entre si. Será, contudo, permitido haver mais de uma parte, pessoa física ou jurídica, em um dos pólos.

18.4.2. – Todo o procedimento arbitral será em língua portuguesa e serão aplicadas as leis brasileiras.

18.4.3. – Salvo quando de outra forma disposto na decisão arbitral, cada parte pagará os honorários, custas e despesas do árbitro que indicar, rateando-se entre as partes os honorários, custas e despesas do terceiro árbitro na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma. Caso haja mais de uma parte num dos pólos do procedimento arbitral, os honorários, custas e despesas alocados no referido pólo serão rateados de forma igual entre tais partes.

18.4.4. – Em face da presente cláusula compromissória acima referida, toda e qualquer medida cautelar deverá ser requerida (i) ao tribunal arbitral (caso este já tenha sido instaurado) e cumprida por solicitação do tribunal arbitral ao juiz estatal competente, ou (ii) diretamente ao Poder Judiciário (caso o tribunal arbitral ainda não tenha sido instaurado), no foro da comarca onde a medida cautelar deva ser cumprida pela parte requerida.

ANEXO III AO PROSPECTO

Declaração do Administrador



Governança & Gestão
Investimentos

DECLARAÇÃO

GOVERNANÇA & GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antônio José de Almeida, n.º 135, Granja Julieta, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.969.434/0001-55, na qualidade de instituição administradora do **GPAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro de negociação das quotas da primeira emissão do Fundo ("Quotas" e "Primeira Emissão", respectivamente) e fornecidas ao mercado durante o período de realização da colocação da Primeira Emissão; (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro de negociação das Quotas e durante o período de realização da Primeira Emissão sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Primeira Emissão; (iii) todas as informações fornecidas ao mercado durante o período de realização da Primeira Emissão, eventuais ou periódicas, e que venham a integrar o prospecto da Primeira Emissão, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Primeira Emissão; e (iv) o prospecto da Primeira Emissão contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Primeira Emissão, bem como do objetivo, política de investimento e composição da carteira de investimentos do Fundo, dos riscos associados aos investimentos no Fundo e das partes envolvidas com o Fundo e com a Primeira Emissão, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes em vigor.

São Paulo, 2 de julho de 2007.

GOVERNANÇA & GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA.